

A AMAZÔNIA NA DEFESA NACIONAL: HISTÓRIA DAS FRONTEIRAS E DEBATES SOBRE A SUA INTERNACIONALIZAÇÃO

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO

A construção das fronteiras sul-americanas e os debates sobre a internacionalização da grande floresta tropical estão inseridos no projeto do Estado brasileiro de defesa nacional desde o início da colonização portuguesa. O final dos anos 1930 foi crucial para a história política nacional, principalmente, com relação ao reconhecimento das fronteiras Norte e Centro-Oeste. As linhas telegráficas do General Rondon ajudaram a ocupar os sertões do Centro-Oeste e da Amazônia, mas a inspeção de fronteiras completara o serviço de consolidação de nossa soberania territorial, ratificando os nossos reais limites terrestres.

Palavras-chave: Amazônia. Defesa Nacional. Fronteiras.

THE AMAZON IN NATIONAL DEFENCE: HISTORY OF BORDERS AND DEBATES ON THEIR INTERNATIONALIZATION

ABSTRACT

The South American border constructions, and discussions on the internationalization of Tropical Rainforest are inserted in the Federal Government of Brazil's project of national defense since the beginning of Portuguese colonisation. The late 1930s was crucial for the national political history, mainly in order to recognise the North and the Central-West region of Brazil. The General Rondon's telegraph service helped to settle the Central-West and Amazon backlands, but the inspection process of borders will complete the consolidation service of its territorial sovereignty, which it ratified the real limits of its actual territorial boundaries.

Keywords: Amazon. Defense State. Borders.

LA AMAZONÍA EN LA DEFENSA NACIONAL: LA HISTORIA DE FRONTERAS Y LOS DEBATES SOBRE SU INTERNACIONALIZACIÓN

RESUMEN

La construcción de las fronteras suramericanas y los debates sobre la internacionalización de la gran selva tropical están insertados en el proyecto del Estado brasileño de defensa nacional desde el inicio de la colonización portuguesa.

* Pós-Doutor em História Política pela UERJ, pesquisador do Centro de Conhecimento Científico e Cultural da ESG e Bolsista da FAPERJ. Contato: fernandoahex@gmail.com

El final de los años 1930 fue crucial para la historia política nacional, principalmente con relación al reconocimiento de las fronteras Norte y Centro-Oeste. Las líneas telegráficas del General Rondon ayudaron a ocupar la región árida y agreste del Centro-Oeste y la Amazonía, pero la inspección de las fronteras ya había completado el servicio de consolidación de nuestra soberanía territorial, lo que confirma nuestros reales límites terrestres.

Palabras Clave: Amazonía. Defensa Nacional. Fronteras.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisei o interesse do Estado brasileiro na defesa da Amazônia, entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente através da manutenção das fronteiras terrestres e da presença do Exército na região, ações personificadas pela atuação da Comissão de Inspeção de Fronteira, no período de 1927 a 1930, e de outras expedições, como foi o caso do estudo de um anteprojeto para a defesa da Bacia Amazônica, produzido pelo Major José Agostinho dos Santos, em 1929¹.

O Exército brasileiro, na condição de Instituição, que faz parte como importante ator da política do Estado, é objeto de interesse nesta investigação. Objeto que se insere no contexto histórico e político da primeira República no Brasil, que foi delineado pela construção do Estado territorial, pela delimitação das fronteiras e pela construção da nacionalidade.

No material documental produzido pelas turmas de inspeção de fronteiras, percebi uma grande parcela privilegiando o tema espaço geográfico, e o que confirma uma intenção de se estudar o meio natural do sertão brasileiro, o qual seria utilizado não só para reconhecimento das nossas fronteiras terrestres como também para estudos geopolíticos visando a futuras intervenções diretas do Estado.

Bertha K. Becker, no artigo *Geopolítica da Amazônia*, proferido na conferência do Instituto Avançados da USP, em 27 de abril de 2004, afirma que a geopolítica é um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico.

Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no Tratado de Tordesilhas, graças à estratégia de controle do território.

Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos

1 BRASIL. Ministério da Guerra. Arquivo Histórico do Exército. Relatório. Estudo dum anti-projecto para a defeza [sic] da Bacia Amazônica (Secreto), 1929.

ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de território.

Nesse contexto, o estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado necessariamente passaria por todos os campos, desde o material até o pessoal. Percebe-se, nos álbuns fotográficos, grande quantidade de imagens produzidas dos grupos indígenas brasileiros e de países fronteiriços, além do registro de algumas imagens de negros que habitavam as regiões percorridas pela expedição. Os estudos etnográficos tinham por objetivo estabelecer o grau de desenvolvimento material desses grupos considerados inferiores, e facilitar o processo civilizatório e intervencionista.

Em 1927, o Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos, recebe a determinação do Presidente Washington Luiz, que sejam inspecionadas as fronteiras do país até o final do seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo então o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteira.

Comparando com os documentos produzidos pela Comissão de Inspeção de Fronteira, analisei, também, o relatório apresentado pelo Major José Agostinho dos Santos, sobre um estudo de defesa da Bacia Amazônica. No relato do militar, constatei que houve grande dificuldade na execução de seus trabalhos, por falta de recursos cartográficos, levantamentos hidrográficos, dados estatísticos e carência de verba, de maneira que o serviço dependesse da ajuda de algumas autoridades civis e militares das regiões trabalhadas.

Percebe-se nitidamente, no relatório, que, apesar dos interesses do Estado no serviço, o apoio administrativo local para sua execução era precário. Um dos meios utilizados para amenizar a falta de recursos e conhecimento da região foi lançar mão da obra *L'Amazone Brezillienne*, de 1922, do naturalista francês Paul Le Cointe², especialista em Espermatófitas (plantas que produzem sementes), uma das obras mais completas na época, do ponto de vista científico.

Em outra face, os mapas levantados por conta dos governos locais eram muito deficientes e errados, em virtude dos fracos recursos profissionais e materiais, o que dificultava mais ainda o serviço da expedição.

Outro recurso utilizado foram as viagens feitas para as regiões com o apoio de informações prestadas pelos comandantes de embarcações fluviais a motor chamadas de “gaiolas”, profundos conhecedores dos sinuosos cursos d'água do Amazonas.

2 Além da obra *L'Amazone Brésillienne* (1922), o autor escreveu *Notes sur les graines oleagineuses, les baumes et ce resine de La forêt amazonienne* (1927); *Principais madeiras paraenses* (1929); e *A cultura de cacau na Amazônia* (1. ed., 1919, 2. ed., 1939).

Nas ideias preliminares do relatório, percebo que, apesar de toda dificuldade apresentada, havia o interesse do Estado no projeto de defesa da região e na manutenção do território ainda bastante desconhecido, distante do litoral e do centro político brasileiro. Não obstante as questões políticas internas, já se discutia a condição econômica que a região poderia desempenhar em âmbito nacional, em virtude de sua grande extensão, suas riquezas e inesgotáveis recursos naturais, que continuavam despertando interesses estrangeiros na região.

2 UM POUCO DA HISTÓRIA DA DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS NORTE E CENTRO-OESTE

As primeiras tentativas de demarcação das fronteiras aconteceram antes mesmo do descobrimento do Brasil, com o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, que dividia as terras desconhecidas entre Portugal e Espanha.

O primeiro documento que tratou dos limites do Brasil Colônia foi o Tratado de Utrecht, assinado com a França em 1713, cujas disposições serviram, quase dois séculos depois, em 1900, para o Barão do Rio Branco defender a posição brasileira na questão do Amapá.

Esforço objetivo para dividir as terras entre as Coroas portuguesas e espanholas ocorreu com a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri, cuja negociação foi conduzida pelo jurista brasileiro Alexandre de Gusmão, na época Secretário do Rei Dom João V e membro do Conselho Ultramarino português. Pelo tratado, os limites foram estabelecidos com base na ocupação real dos territórios por uma e outra Coroa, introduzindo-se, assim, um novo princípio, o do *Uti possidetis*, o direito derivado da “posse pelo uso”.

Nossos primeiros Tratados de Limites como país independente foram firmados com o Uruguai e com o Peru, ambos em 1851, durante o Segundo Reinado. A partir dessa data, tiveram início os trabalhos de Comissões de Limites, nomeadas para tratar de cada fronteira em particular.

Durante o Segundo Reinado e nos primeiros momentos da República (mais precisamente, até 1928), eram nomeados para o cargo de Chefe da Comissão de Limites, pelo Ministro das Relações Exteriores, pessoas com mais alto nível e da plena confiança do Governo, quase sempre militares com sólidos conhecimentos geográficos.

A partir de 1928, por iniciativa do Chanceler Octávio Mangabeira, os trabalhos de demarcação tornaram-se sistemáticos, a cargo de três Comissões: a do Norte (abrangendo as fronteiras com as Guianas e a Venezuela), a do Oeste (Colômbia, Peru e Bolívia) e a do Sul (Paraguai, Argentina e Uruguai).

Por Decreto de 1934, ficou estabelecido que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites teriam organização militar (o que em tese já vinha acontecendo desde o Império), que os chefes e subchefes seriam oficiais superiores

das forças armadas, com especialização técnico-geográfica, e que o serviço prestado em demarcação de fronteiras teria preferência, em tempo de paz, a qualquer outra comissão.

A organização acima foi alterada em 1939, ficando reduzidas as Comissões para apenas duas, com as denominações de Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Primeira Divisão (a do Norte, abrangendo as fronteiras com as Guianas, Venezuela, Colômbia e Peru) e Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Segunda Divisão (a do Sul, fronteiras com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai).

Por fim, os nomes das duas Comissões foram novamente alterados em 1973, passando a denominação de Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), atuando no Norte; e Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL), atuando no Sul³.

A construção da fronteira com a Venezuela começa oficialmente em 1841⁴, quando o Ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba) elaborou um trabalho sobre a necessidade de o Brasil demarcar com exatidão suas fronteiras e a conveniência de se fazer representar no Congresso de Plenipotenciários, convocado por alguns países da América do Sul, em que o assunto da fixação de limites estaria na pauta, entre outros. No entanto, tal ponto de vista não recebeu a atenção devida das autoridades competentes.

Apenas em 1843, o governo imperial do Brasil nomeou Miguel Maria Lisboa (futuro Barão de Japurá), como encarregado de negócios junto à Venezuela. Cabia-lhe, nessa função, discutir com aquele país os termos de um tratado de limites.

Baseando-se no princípio do *uti possidetis*, o Barão de Japurá conseguiu negociar com o governo venezuelano um primeiro acordo, o *Tratado de Limites e Navegação*, que estabelecia a divisa com o Brasil desde a cabeceira dos rios Içana, Aquio e Tomó até a Ilha de São José, no Rio Negro.

No entanto, à época, havia pendências entre Venezuela e Colômbia quanto às terras a oeste do Rio Negro. Apesar de o Barão de Japurá ter viajado em missão especial a Bogotá e conseguido negociar com o governo da Colômbia, além da fronteira brasileiro-colombiana, os limites que lhe seriam complementares com o Peru e com a Venezuela, tal decisão não foi aceita pelo Congresso venezuelano, e o tratado terminou não sendo ratificado.

Houve nova tentativa brasileira de firmar acordo de fronteiras em 1845; em 1850, quando se constituiu a província do Amazonas; em 1852, quando se chegou a elaborar o Tratado de 25 de Novembro. Negociado por um membro do governo

3 Fonte site da Segunda Comissão Demarcadora de Limites. Disponível em: <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

4 BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Resumo Histórico. Fonte:< <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Venezuela/Resumo%20Hist%C3%B3rico.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

venezuelano, Lorenzo Maria Lleras, este último estabelecia como critério que, constituindo os territórios das ex-colônias espanholas, apenas as terras efetivamente ocupadas à época de suas respectivas independências, não lhes caberia, assim, reivindicar qualquer outra área.

Lleras afirmava, ainda, que nascera daí a superioridade do princípio do *uti possidetis* sobre qualquer outro, e o Brasil não somente o havia reconhecido, como também o havia posto em prática com vários de seus vizinhos.

Mesmo assim, o senado venezuelano recusou-se a ratificar o tratado, alegando que ele implicaria o enfraquecimento dos direitos da Venezuela em suas pendências ainda existentes, com o Peru e com o Equador.

Somente em 1859, conseguiu-se chegar a um acordo, com a celebração em Caracas do *Tratado de Limites e Navegação Fluvial*⁵. Ratificado no ano seguinte, esse Tratado estabelecia como divisor um trecho entre a cabeceira dos rios Memachi e Negro, justamente uma área disputada entre os governos venezuelanos e da Nova Granada (atual Colômbia).

Em razão disso, em seu artigo, afirmava claramente a intenção do Brasil de não prejudicar os direitos de nenhum dos litigantes. A disputa só foi resolvida em 1891, pela rainha espanhola Maria Cristina que, em sentença arbitral, determinou que a Venezuela não teria direito ao território que vai da nascente do Rio Memachi até a nascente do Rio Negro.

Em 1878, foi nomeada pelo Ministro das Relações Exteriores, Barão de Villa Bela, uma comissão demarcadora, chefiada pelo Tenente Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, mais tarde Barão de Parima.

Essa comissão partiu do Rio de Janeiro no início de 1879 e, no final desse mesmo ano, encontrou-se com a comissão da Venezuela em Maroa, na margem direita do Rio Guainia.

Apenas em 1880, as comissões mistas, efetivamente, iniciaram a demarcação, divididas em três turmas: a do Rio Memachi, a do Rio Tomo e a do Rio Maturacá. Regressaram a Manaus em 19 de julho daquele ano; os venezuelanos voltaram a seu país. O efetivo brasileiro ficou em Manaus, no aguardo de instruções do governo imperial.

Em junho de 1881, a comissão do Brasil foi autorizada a prosseguir com a demarcação da fronteira, mesmo sem a participação venezuelana. Assim, durante o período de 10 de janeiro de 1882 a 17 de fevereiro de 1883, foram percorridos os trechos dos rios Marari, Uraricaá, Cotingo e Maú.

Desses trabalhos, resultaram o *Primeiro e o Segundo Protocolo*, assinados em Caracas, em 9 de dezembro de 1905; com as respectivas finalidades de aprovar os trabalhos anteriormente feitos em comum e ultimar a demarcação da fronteira entre Brasil e Venezuela.

5 Promulgado por Decreto em 1º de janeiro de 1861.

Em 29 de fevereiro de 1912, foi assinado em Caracas um *Terceiro Protocolo*, determinando a colocação de marcos em alguns pontos da fronteira.

O *Quarto Protocolo*, de 24 de julho de 1928, foi assinado no Palácio do Itamarati, Rio de Janeiro, pelos ministros brasileiro Otávio Mangabeira e o venezuelano José Abel Montilla. Esse documento tratava de assuntos de demarcação de fronteira ainda pendentes, como o trecho entre a Ilha de São José e o Canal de Maturacá-Salto Huá e a região dos campos gerais, entre os rios Surumu-Cuquenán e os Contingo-Arabopô. Demarcados o trecho no período de 16 de janeiro a 29 de dezembro de 1930, e os campos gerais entre 29 de dezembro de 1931 a 15 de março de 1934, houve em seguida interrupção dos trabalhos em comum a pedido da Venezuela, que alegava dificuldades orçamentárias.

Com relação à história da fronteira entre o Brasil e o Suriname (antiga Guiana Holandesa), deve-se remeter ao início da ocupação do sertão norte feito por Portugal.

Portugal agiu na conquista da região amazônica, ao avançar do litoral para o oeste e chegar à região paraense, onde fundou a capitania do Grão-Pará e expulsou outros conquistadores da foz do Amazonas.

Por quase dois séculos, assegurou-se a posse dessa área, com a exploração de entradas, das tropas de resgate, dos droguistas do sertão e missionários, que alcançaram os vales do Rio Negro e o Rio Branco, seu maior afluente. A presença de Portugal foi consolidada com a criação da Capitania de São José do Rio Negro, em 1755, com a construção de fortins destinados a defender as fronteiras, e com a exploração científica decorrente das primeiras tentativas de demarcar os limites naquela região.

Nesse movimento de ocupação, além dos ataques indígenas, também foi necessário defender-se dos ingleses e holandeses que tentavam estabelecer-se no Pará, combater os franceses de Caiena e os espanhóis do Peru.

Especificamente em relação ao Suriname, deve-se observar que os holandeses, uma vez expulsos pelos portugueses do estuário, deslocaram-se para a orla marítima da região guianense, onde já possuíam as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, administradas pela Companhia das Índias Ocidentais.

Ao decidir fundar a Capitania do Rio Negro, o Marquês de Pombal visava não apenas paralisar a expansão espanhola nos cursos altos dos rios da Bacia Amazônica, como ainda impedir os holandeses de ali penetrar. Com esse posicionamento, foi estabelecida uma política de impedir os holandeses de manter quaisquer relações com os indígenas da região do Rio Branco e seus demais afluentes.

Assim, após uma exploração ordenada e realizada em 1766, que teria chegado até o rio Maú, documentou-se, em 1775, a penetração até o Rio Tacutu, para obter-se a certeza de que os holandeses não haviam ultrapassado os Essequibo e Rupununi. Terminaram dirigindo-se rumo ao norte, enquanto os portugueses fundavam, ainda no mesmo ano, o Forte de São Joaquim, na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera.

Até surgirem os primeiros litígios entre Holanda e Inglaterra, em 1781, coube a essa posição avançada de Portugal assegurar sua jurisdição na área, de resto plenamente acatada por aqueles dois países.

Em 1783, o Capitão de Fragata Antônio Pires da Silva Pontes, demarcador brasileiro, propôs que, depois da aceitação do divisor de águas formado pela serra de Pacaraima como extremos limites dos domínios espanhóis e portugueses no Norte, como de resto terminou sendo estabelecido, continuaria por ele a fronteira com o Suriname, até o monte Anai, seguindo em linha reta rumo ao sudeste, atravessando o Rupununi e o Cipó (Alto Essequibo), até a serra do Tumucumaque, perto da nascente do Rio Corantine, já na Guiana Francesa.

Após os trabalhos realizados por Silva Pontes e ainda por seu companheiro, o Capitão Engenheiro Ricardo Franco de Almeida, em 1786, o naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu a região.

Seu exemplo foi seguido por Manuel da Gama Lobo de Almeida, logo nomeado governador da Capitania de São José do Rio Negro. Graças a Lobo de Almeida, foi introduzida a pecuária na região.

Assim, o Brasil jamais teve qualquer demanda fronteira com o Suriname, desde seu fracionamento em favor da antiga Guiana Inglesa, tornando-se tacitamente estabelecido, em função de prévia ocupação portuguesa na área, que a respectiva linha divisória deveria ser traçada pelo divisor de águas entre os rios que banham o território guianense e os rios da Bacia Amazônica, concentrados principalmente na zona da serra do Tumucumaque.

O governo holandês aguardou por sua vez que se resolvessem as questões do Amapá e do Pirara, negociando em seguida definitivamente com o Brasil os limites entre seu território e o Suriname.

Em 1906, sendo o governo brasileiro representado pelo Barão do Rio Branco, foi assinado no Rio de Janeiro o *Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e os Países Baixos, estabelecendo a fronteira entre o Brasil e a Colônia do Suriname*⁶.

Tratava-se assim de área completamente demarcada, tendo como limite natural a serra do Tumucumaque.

3 ESTUDOS DE DEFESA DA AMAZÔNIA E ALGUNS DEBATES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO

No artigo *A tese da internacionalização da Amazônia*, o General Meira Mattos (2007, p. 121) observa que é antigo esse debate, retornando de tempos em tempos, trazido por novos eventos, ora revestidos em teses pseudocientíficas,

6 Assinado no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, em 05/05/1906. Sancionado pelo Decreto N. 7.133, de 24/09/1906. Disponível em: <<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Suriname/C%C3%B3pia%20dos%20Tratados.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2015.

ora em teses sócio-humanitaristas, usadas para ocultar o seu verdadeiro objetivo político ou econômico.

No relatório apresentado ao Ministro da Guerra (1929, p. 3), o Major Agostinho expõe diversos problemas tanto de ordem política quanto administrativa, tornando-se necessária a formulação de um plano mais eficaz do governo federal de proteção da região, de forma que a política comande medidas estratégicas de caráter permanente ou transitório. As observações registradas e pensadas dentro de um contexto político internacional específico definiriam a lógica de defesa da Amazônia, para o caso de um conflito armado.

Alega o relator que, por falta de interesses políticos, administrativos e pela decadência econômica, regiões fronteiriças do Brasil com nações sul-americanas ao norte e oeste do Pará e Amazonas encontravam-se no esquecimento e no atraso cultural, desprovidos de estradas e de outras vias de comunicações que facilitassem o contato com outros centros políticos mais desenvolvidos economicamente.

A região do atual Estado do Amapá, historicamente, teve graves problemas fronteiriços com a antiga Guiana Francesa e, secundariamente, com o antigo Suriname, que ameaçava constantemente a soberania brasileira até 1900.

Por isso, as fronteiras mais discutidas no relatório do Major Agostinho e documentadas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras foram os limites com esses países.

Na região inglesa, foram executados muitos melhoramentos e aplicados capitais na abertura de estradas. Os campos do Rio Branco situados ao norte do Amazonas eram excelentes produtores de gado que abasteciam a cidade de Manaus e também estavam cheias de fazendeiros que mantinham intensas relações comerciais com o estrangeiro.

Com relação à Guiana Francesa, além da contestação da população local pela perda do Amapá, verificou-se pouca preocupação do governo francês em estabelecer o desenvolvimento econômico de sua possessão, que, na época, serviu exclusivamente na condição de Colônia Presídio para seus detentos.

É importante registrar que a expedição Macapá-Clevelândia nas inspeções de fronteiras teve por objetivo estudar a ligação entre Macapá e Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, passando pela Colônia Ferreira Gomes, à margem esquerda do Rio Araguari, chefiada pelo Capitão Polydoro Barbosa.

A Colônia de Clevelândia serviu como região receptora das deportações promovidas pelo repressivo (2013, p. 14)⁷ governo Artur Bernardes no período de 1922 a 1926, que agiu sob permanente estado de sítio.

7 Isabel Aragão (2013, p. 14), em seu livro, acompanha o caminho percorrido pelos revoltosos, analisa a repressão desencadeada pelas autoridades civis e a fundação de uma polícia especializada em crimes políticos em 1922.

Clevelândia foi inaugurada em maio de 1922 e recebeu o seu nome em homenagem ao presidente dos Estados Unidos da América, na época: Grower Cleveland. Criada inicialmente como Colônia Agrícola do Estado do Pará, tinha como proposta e finalidade a ocupação territorial desse último espaço a ser povoado da fronteira brasileira com a Guiana Francesa, no atual Estado do Amapá.

A transição de Colônia Agrícola para desterro político ocorreu na gestão de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Agricultura de Artur Bernardes, responsável pelo projeto de transformação de Clevelândia (ARAGÃO, 2013). Após a sua criação, a Colônia passaria a funcionar como campo de desterro de presos políticos, mais especificamente a partir de 1924, quando ocorreu o primeiro transporte de prisioneiros militares do tenentismo que participaram dos combates em Catanduvás, no Estado do Paraná.

Como já analisamos anteriormente, o relatório apresentado ao Ministro da Guerra pelo Major Agostinho, sobre estudo da Bacia Amazônica do ponto de vista de sua defesa, foi discutido principalmente no âmbito da política externa e dos interesses internacionais que, desde os tempos coloniais e mesmo nos séculos XIX e XX com o Brasil já independente, não haviam cessado.

Em sua expedição, o relator deparou-se especialmente com o caso de descontentamento de negros da Guiana Francesa pela perda do território do Amapá e com a ideia de retomada através da tentativa de criação da República de *Cunnani*, comentado por vários moradores na região do Oiapoque. O atual Estado do Amapá estende-se do Rio Amazonas ao Oiapoque, e a parte entre os rios Oiapoque e Araguari era contestada pela França.

Enquanto o Brasil e a França não chegavam a um acordo na disputa territorial sobre a região, aventureiros e comerciantes de várias nacionalidades passaram a explorá-la e ali fundaram, em 1885, a República do Cunnani, exatamente na região contestada pelos franceses. Os comerciantes escolheram, como chefe do novo estado, o francês Jules Gros, integrante da *Sociedade de Geografia Comercial de Paris* e que foi nomeado presidente vitalício de Cunnani. A República foi extinta pelo governo francês em dois de setembro de 1887.

Em 1902, houve outra tentativa separatista, desta vez promovida pelo francês naturalizado brasileiro Adolph Brezet, que tentou restaurar a República do Cunnani. Começou a despachar ofícios à região de Cunnani, comunicando uma nova proclamação, e as nomeações de Félix Antonio de Souza, Antonio Napoleão da Costa e João Lopes Pereira para seu ministério. A ação de Brezet foi imediatamente denunciada por Daniel Ferreira dos Santos ao governo brasileiro, que rapidamente sufocou o movimento político, enviando força policial à região. Todos os envolvidos foram presos, com exceção de Brezet, que, como Jules Gros, dirigia o movimento de Paris.

Com relação aos norte-americanos e ingleses, ainda na segunda metade do século XIX, detive-me na questão do debate sobre a navegação internacional

sustentada por esses governos com base na doutrina de que os rios que percorrem diversos países são livres a todas as bandeiras e não a exclusividade de um só país, concluindo que o Rio Amazonas pertencia a todas as nações que podiam reclamar seu uso.

Com relação aos debates sobre a internacionalização da navegação na Amazônia feita pela imprensa e pelos meios diplomáticos da época, pude entender melhor as circunstâncias tensas a partir do contexto da época analisado no livro de Torres (2011), que investigou a atuação do Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai):

Enquanto Paulino negociava internamente o fim do tráfico negreiro e articulava a sua nova política no Rio da Prata, promovendo um jogo de equilíbrio entre os interesses regionais do Brasil, da Grã-Bretanha e da França, as pressões norte-americanas para a internacionalização da Amazônia começavam a criar um novo foco de atrito para a diplomacia do Império, com reflexos nas suas relações com os países vizinhos da fronteira norte.

O mais assíduo crítico da política imperial assinava suas crônicas com o pseudônimo de “Inca”. Tratava-se do tenente da marinha norte-americana Matthew Fontaine Maury, que havia feito uma expedição pelos rios da Amazônia em 1849 e, quando do seu regresso aos Estados Unidos, iniciou uma campanha em círculos intelectuais, políticos e empresariais veiculando opiniões na imprensa favoráveis à livre navegação do rio Amazonas e à colonização e internacionalização daquela região por meios pacíficos [...].

A campanha de Matthew Maury pela internacionalização da Amazônia teve repercussão mundial e se acirrou nos anos de 1852-53, quando o governo norte-americano passa a se envolver no assunto, interpellando oficialmente o Império sobre a proibição da navegação internacional nas águas interiores da Amazônia brasileira. (TORRES, 2011, p. 137).

O Tenente Matthew Fontaine Maury⁸, ao regressar de sua expedição amazônica, em 1849, passou a defender a tese de que, em termos geopolíticos, a Amazônia era uma área de projeção natural do sul dos Estados Unidos, e caberia aos norte-americanos a missão de povoar, civilizar e desenvolver a região.

A resolução via diplomática era bastante complexa porque, no caso específico da internacionalização da navegação no Rio Amazonas, envolvia interesses ingleses, franceses, norte-americanos, adicionados ainda aos interesses comerciais dos países andinos da Bacia do Pacífico, que, apesar de estarem distantes, detinham poder sobre os corredores fluviais. Além desses debates, França e Inglaterra mantinham em aberto questões de fronteiras (Pirara e Amapá), reivindicando direitos e títulos de posses de terras as margens do Rio Amazonas.

8 O Tenente Matthew escreveu o livro *O Amazonas e as Costas Atlânticas da América Meridional*, traduzido e publicado no Rio de Janeiro, pela Tipographia de M. Barreto, em 1853.

Discordando de tais interesses internacionalizadores, o discurso do magistrado, diplomata e político brasileiro Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) por diversas vezes assim se expressava com relação às pretensões estrangeiras. Em 1853, afirmou que, enquanto os governos da Bolívia e do Peru procuravam obter o livre trânsito pelo Rio Amazonas pelas vias legais, nos Estados Unidos, construíam-se debates tensos e contrários. A Legação do Brasil em Washington registrava que alguns aventureiros, levados pelo exagero de informações sobre riquezas no vale do Amazonas e sobre vantagens que poderiam colher da navegação do rio, projetaram e desenvolveram desde cedo, sem a autorização prévia do Brasil por vias diplomáticas, atividades de navegação afrontosas à soberania nacional⁹.

Em relatório de 1854 (p. XXXV), assim se posiciona o Visconde de Abaeté:

Respondendo o governo imperial a esta nota em 13 de Setembro de 1854, declarou que não podia estar de acordo com o principio e doutrina em que se pretendia fundar a reclamação, assemelhando-se o Amazonas ao Oceano: que uma doutrina era repelida pelos princípios do direito público e das gentes, e não podia prevalecer senão pela substituição do princípio, do interesse e da força aos do direito e justiça.

Que os Estados-Unidos jamais se prevalecerão dessa doutrina nas questões que sustentarão sobre a navegação do S. Lourenço e Missisipi com a Hespanha e a Inglaterra, não obstante serem nesse tempo ribeirinhos.

Que o governo imperial estava firmemente convencido de que não podia ser assemelhado ao Oceano um rio, de que o Brazil possui as suas margens na vasta extensão de 480 leguas desde a foz do Amazonas até Tabatinga, limite do império.

Que, enquanto o Amazonas fosse em vários pontos assaz largo, todavia tem lugares estreitos, onde uma fortaleza só pode prohibir a passagem, e a sua navegação não pode ser feita sem o repetido uso de suas margens.

Que em suma o Brazil possui no Amazonas tudo quanto, segundo os princípios regidos, serve para provar a sua soberania sobre as águas desse rio. [sic]

Portanto, desde a segunda metade do século XIX, interesses ingleses e norte-americanos projetavam-se sobre a região amazônica.

Nos primeiros trinta anos do século XX, navios dessas bandeiras desrespeitavam as leis brasileiras de soberania territorial. Não era raro que navios da Inglaterra e dos Estados Unidos entrassem em Belém sem esperar os práticos da barra, o que

9 Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa e publicado no Rio de Janeiro pela Typographia Universal de Laemmert, em 1854 (p. XVIII).
Publicado em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1491/000002.html>>

significava desobediência e mostrava que os pilotos possuíam prévio conhecimento dos canais existentes na embocadura do Rio Amazonas.

Penso que esses fatos por si só já seriam suficientes para justificar qualquer medida para prover de meios de defesa adequada a esta região, ainda mais que os meios de comunicação terrestre, para o norte, partindo do litoral e das zonas mais povoadas e importantes do Brasil, eram precários e mesmo inexistentes.

Em 1840, foi criada a Colônia Dom Pedro II junto ao Rio Araguari, para apoiar a ocupação da região, que foi transferida, em 1907, para o Rio Oiapoque com o nome de Colônia Militar do Oiapoque, em Ponta dos Índios, mais tarde transferida para a Vila Santo Antônio, em frente à Vila francesa de Santo Jorge.

O município de Oiapoque está localizado na parte mais setentrional do território brasileiro, no Estado do Amapá, fazendo fronteira com a Guiana Francesa ao longo do Rio Oiapoque, que é um dos principais acidentes geográficos junto com as montanhas do Tumucumaque ao sul, que, depois de fazerem a divisa do Brasil com as Guianas, penetram em território nacional.

A ineficiência da Colônia Militar do Oiapoque, que deixava a região despovoada e desguarnecida, fora um dos motivos para a fundação da Colônia Agrícola de Clevelândia em 1922. Os primeiros colonos chegaram ainda na primeira metade do ano de 1921 e foram distribuídos ao longo da margem brasileira do Rio Oiapoque.

Como disse anteriormente, durante o ano de 1922 e 1924, esse local foi escolhido para receber os presos políticos revolucionários. As levas de prisioneiros chegaram ao presídio político de Clevelândia (2003) a bordo do Cuiabá, e muitos outros, após os combates de Catanduvas, na Revolução de 1924, que encerrou praticamente este fluxo migratório compulsório para esta região. O projeto da Colônia Agrícola acabou entrando em decadência, em virtude da epidemia de disenteria bacilar que vitimava muitos presos e colonos; esse fato coincidiu com o fim da migração de presos políticos.

Em julho de 1927, quando a Comissão de Inspeção de Fronteira esteve em Clevelândia do Norte, havia um forte temor do General Rondon de que se abandonasse o projeto de ocupação e desenvolvimento nessa área, persistindo na necessidade de que ocupassem as fronteiras para garantir a soberania territorial no Norte do Brasil.

No entanto, com a Revolução de 1930 e a anistia dos presos políticos, a Colônia Agrícola fracassou. A criação da *fordlândia*, por Henry Ford, no Vale dos Tapajós, acabou cooperando para o insucesso da Colônia de Clevelândia. Em *Fordlândia, ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*, o historiador norte-americano Greg Grandlin (2010) narra as ações da Ford Motor Company na Amazônia brasileira desde o final da década de 1920 até meados dos anos 1940.

O projeto de Henry Ford de cultivar seringueiras não se restringiu à busca por alternativas mais baratas para a aquisição da borracha, monopolizada pelas colônias inglesas na Ásia, necessária à fabricação de pneus e de outros componentes dos

seus carros produzidos. O empresário juntou a linha de montagem sincronizada com a produção em massa barateando os custos.

Antes do Vale dos Tapajós, Ford quis cultivar seringueiras no Estado da Flórida, em 1924. No entanto, a especulação fundiária levou ao abandono do programa e à mudança da escolha do local para o Brasil.

O sertão da Amazônia tinha sido até o final do século XIX o maior produtor de borracha do mundo e, no início do século XX, havia perdido o monopólio da produção da borracha para a Malásia e Sumatra, no sudeste da Ásia. Além disso, uma Comissão organizada pelo Departamento de Comércio do governo Hoover já havia em 1923 apontado em seu estudo a viabilidade de produção de látex na região.

Greg Grandlin (2010, p. 346) relata que a empresa se tornou responsável pelo saneamento, reforma dos vilarejos, energia, pavimentação, construção de escolas, Igrejas e salas de recreação. A Fordlândia, localizada às margens do Rio Tapajós, seria um modelo no qual deveriam ser mantidas as virtudes rurais e corrigidos os males das cidades. Ford foi urbanista, construtor de núcleos urbanos que seriam industriais e rurais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final deste artigo, concluo que a intensa relação entre as ações do Estado, em face da construção das fronteiras e das atividades militares executadas pelo Exército, proporcionou o processo de ocupação do espaço Norte e Centro-Oeste e o controle da população indígena.

No período de 1870 a 1930, o Brasil viveu um momento de modernização conservadora, ou seja, o progresso foi sendo conseguido pela intervenção estatal, e o sertão foi sendo integrado ao litoral.

Com relação às ações pelo sertão do General Cândido Mariano da Silva Rondon e do Major José Agostinho dos Santos, é possível verificar certas intencionalidades do Estado ao promover essas missões exploradoras e civilizadoras: defesa militar das nossas fronteiras na América do Sul; preservação da independência política, por meio da soberania sobre o território, que passou a ser reconhecido nacional e internacionalmente pelas eficientes demarcações das fronteiras terrestres realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores e pelos trabalhos da Comissão de Inspeções de Fronteiras, no período de 1927 a 1930; reconhecimento do território nacional; e a integração sertão-litoral, via processo civilizatório, dos diversos grupos indígenas, diminuindo as tensões existentes entre o litoral, dito civilizado, e o sertão, dito selvagem.

Este processo civilizador desempenhado pelo General Rondon foi desencadeado dentro de um projeto político de avanço de uma modernização conservadora do Estado brasileiro, a partir de 1870, através de intervenções

científicas e militares, com o objetivo de levar progresso e educação aos povos considerados atrasados do sertão.

REFERÊNCIAS

AARÃO, Daniel. De volta à Clevelândia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 mar. 2003.

ARAGÃO, Isabel. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

BRASIL. Ministério da Guerra. Comando do Exército. Arquivo Histórico. *Estudo dum anti-projecto para a defeza da Bacia Amazônica, 1929*. Secreto. Relatório.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1a. Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. *Resumo histórico*. Disponível em: <<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Venezuela/Resumo%20Hist%C3%B3rico.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

ENGEL, Juvenal Milton. *As Comissões Brasileiras demarcadoras de limites: breve notícia histórica*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2010. Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Disponível em: <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

GRANDLIN, Greg. *Fordlândia, ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.

TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: FUNAG, 2011, p. 137.